

GOVERNO

Presidente cobra a elaboração de um plano de reestruturação do setor elétrico que favoreça o consumidor. Ministro Alexandre Silveira pretende apresentar primeira versão até o fim deste mês

Lula quer conta de luz baixa

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva aumentou a pressão, ontem, para que a conta de luz tenha uma expressiva redução no valor. Ao reunir alguns ministros, ontem, no Palácio do Planalto, cobrou agilidade na elaboração de um plano de diminuição da tarifa.

No dia anterior, Lula tinha deixado claro que não concorda com aquilo que as operadoras cobram do consumidor. No discurso que fez na entrega de imóveis do Minha Casa Minha Vida, em Várzea Grande (MT), afirmou que está se esforçando para que o governo apresente um plano consistente para a redução da tarifa.

“A gente precisava resolver o problema habitacional das pessoas mais humildes, que muitas vezes não podem pagar o aluguel. E quando pagam o aluguel, não podem pagar a conta de luz, que está cara. Estou brigando para baixar, neste país, para o povo pobre”, anunciou o presidente.

Mas, para que o preço ao consumidor de mais baixa renda diminua, é preciso uma reestruturação — tema da reunião ministerial de ontem. O ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, afirmou que uma primeira versão do plano para o setor deve ser finalizado este mês e apresentado em setembro.

“Temos precisado de muita criatividade para que busquemos soluções para desarmar algumas bombas que encontramos. Bombas de efeito retardado, que caem no nosso colo, como a questão tarifária. Algumas ideias estão avançadas, e queremos concluir para tê-las amadurecidas, não só no Ministério de Minas e Energia, mas em todo o governo”, disse o ministro, em evento organizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que celebrou os 50 anos de relação Brasil-China.

Poder de escolha

Silveira frisou que a reforma do setor elétrico permitirá que o consumidor escolha de quem comprar energia, uma opção que

Tauan Alencar/MME



Energia sustentável

Em março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou uma medida provisória para investimentos em geração de energia sustentável e redução de reajustes anuais nas contas de luz até 2026. A proposta previa R\$ 165 bilhões em geração hidrelétrica, eólica, solar e de biomassa. Os empreendimentos acrescentariam até 34 gigawatts de potência ao Sistema Interligado Nacional, segundo projeções do Ministério de Minas e Energia.

é restrita quase sempre a grandes consumidores. Segundo o ministro, o setor elétrico está perto de um “colapso tarifário”.

“É importante que a gente tenha essa fredda de arrumação,

para que a gente possa planejar o setor de forma ordenada de aqui em diante. É muito mais fácil empurrar a conta no consumidor de energia do que achar espaço no orçamento para poder implementar política pública. Isso foi feito nos últimos anos. As políticas públicas são importantes, mas quem tem que pagá-las é o planejamento orçamentário. Tem que caber dentro do orçamento”, destacou, admitindo que o governo sofre muitas pressões pelo setor elétrico.

A reunião de Lula com o ministro ainda tratou da negociação com a Eletrobras para a venda de cerca de 2% da participação da União na antiga estatal. A ideia é que, por meio da venda desse percentual, a União tenha condições de assumir 100% da Eletrobras para a construção da usina Angra 3, no Rio de Janeiro. (Colaborou Fabio Grecchi)

É importante que a gente tenha essa fredda de arrumação, para que a gente possa planejar o setor de forma ordenada de aqui em diante. É muito mais fácil empurrar a conta no consumidor de energia do que achar espaço no orçamento para poder implementar política pública. Isso foi feito nos últimos anos. As políticas públicas são importantes, mas quem tem que pagá-las é o planejamento orçamentário. Tem que caber dentro do orçamento”

Ministro Alexandre Silveira, das Minas e Energia

CIBERSEGURANÇA

GSI recebe sugestões para reforçar proteção de dados

» PEDRO JOSÉ*

O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República recebeu, ontem, um rol de propostas relacionadas à cibersegurança no Brasil. Intitulado *Contribuições da Sociedade Civil e dos Setores Produtivos para a Estratégia Nacional de Cibersegurança*, o documento entregue ao GSI alerta que o país investe proporcionalmente menos em proteção de dados e sistemas do que os Estados Unidos ou o Reino Unido.

O relatório, elaborado pelo Instituto Nacional de Combate ao Crime Cibernético (INCC), em São Paulo, sugere inicialmente a criação de uma estrutura centralizada para lidar com questões de segurança cibernética. Essa agência teria como foco não apenas a regulamentação, mas, também, a educação e a conscientização da sociedade em relação à proteção dos dados disponibilizados pela web. Ainda segundo o documento, são urgentes investimentos de porte para combater o crime cibernético. Para o estudo, o orçamento atual é insuficiente para enfrentar os desafios — que avançam e proporção geométrica.

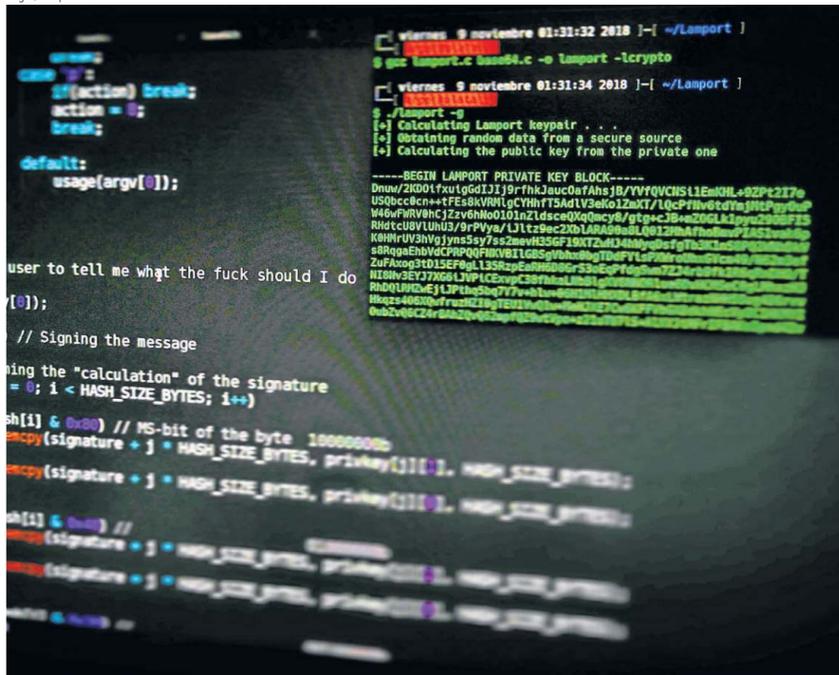
Por meio de pesquisa qualitativa e de debates com instituições, o Comitê de Especialistas do INCC definiu como prioridades iniciativas consideradas estratégicas e de execução rápida e fácil. “Foram analisados mais

Ataques acenderam sinal de alerta

Em 23 de julho, os sistemas internos e administrativos do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos foi invadido por hackers. Segundo a Diretoria de Crimes Cibernéticos da Polícia Federal, o ataque atingiu apenas sistemas administrativos e foi controlado. Porém, em abril, veio à tona que o Sistema Integrado de Administração Financeiro (Siafi) — usado pelo governo federal para executar ordens de pagamento — sofreu três ataques de piratas cibernéticos. Foram desviados pelo menos R\$ 14 milhões para contas particulares, em várias partes do país. Apesar das investigações conduzidas pela PF e pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o ataque chamou a atenção para o nível de segurança dos sistemas usados pelo poder público — considerados altamente vulneráveis.

de 230 estudos e bases de dados, provenientes de 12 instituições. Essas instituições representam diversos setores da economia, totalizando cerca de 80% a 90% do PIB brasileiro”, explicou

Arget/Unsplash



Documento elaborado pelo INCC aponta que Brasil investe menos do que deveria em proteção anti-pirataria

Fábio Diniz, fundador e presidente do INCC, acrescentando que “o Brasil precisa corrigir e gerar uma base de dados para que se possa fazer políticas públicas baseadas em evidências, gerando inteligência para as forças de segurança”.

Avanços

Apesar de ser o segundo país que mais sofre, em todo o mundo, ataques dos piratas da internet, o Brasil está avançando no *Global Cybersecurity Index* (GCI), ranking

global que mede o nível de maturidade cibernética entre as nações. Atualmente, o país ocupa a terceira posição na América Latina e a 18ª posição global.

Para que avance ainda mais no ranking, Félix aponta que a criação de um órgão centralizador de ações nacionais seria um passo fundamental. “Esse órgão trataria de incidentes, fraudes, golpes e crimes. Tem que ser capaz de centralizar e receber todas as ocorrências de unidades da Federação, de municípios e da iniciativa privada. A partir daí,

organiza e distribui medidas para que o Brasil possa se defender”, ressalta.

Em 23 de julho, o Brasil enfrentou uma série de ataques cibernéticos que afetaram sistemas e plataformas utilizadas pelo governo federal. O incidente ocorreu logo depois de um apagão cibernético global, que afetou sistemas de segurança de instituições brasileiros — como o próprio GSI.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

CORRUPÇÃO

Consórcio Nordeste de novo na mira da PF

» HENRIQUE FREGONASSE*

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a segunda fase da Operação Cianose, cujo objetivo é recuperar recursos desviados na compra de respiradores pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) durante a pandemia de covid-19. Agentes cumpriram 34 mandados de busca e apreensão, além de medidas judiciais de sequestro de bens na Bahia, no Paraná, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os mandados e medidas foram expedidos pela Justiça Federal na Bahia.

Segundo a PF, durante a crise sanitária, o Consórcio Nordeste teria realizado um processo de aquisição de 300 respiradores que teria várias irregularidades. O colegiado formado pelos estados teria antecipado o valor integral da compra sem que houvesse, no contrato, qualquer garantia contra uma eventual inadimplência por parte da fornecedora. Nenhum dos respiradores chegou a ser entregue.

A primeira fase da operação, em abril de 2022, teve como um dos principais alvos o ex-secretário do governo da Bahia Bruno Dauster Magalhães. À época, o atual ministro-chefe da Casa Civil do governo Lula, Rui Costa, era governador do estado e presidia o Consórcio Nordeste.

A PF não deu detalhes sobre quais seriam os alvos da fase de ontem da operação. Contudo, informações dão conta de que um dos alvos seria o empresário Cléber Isaac, suspeito de intermediar a compra dos respiradores com o consórcio. Investigações apontam que ele teria recebido R\$ 1,6 milhão por fazer a ponte entre o governo da Bahia e a empresa HempCare, responsável pela importação dos respiradores da China.

Em abril, a empresária Cristiana Prestes Taddeo, da HempCare, fechou delação premiada relacionada ao caso, em cujo depoimento cita Rui Costa — que nega o envolvimento e afirma jamais ter tratado com intermediários sobre a aquisição dos respiradores ou qualquer outro equipamento. O ministro alega, ainda, que as compras realizadas por estados e municípios na pandemia foram feitas com pagamento antecipado, pois era, então, a “condição vigente”.

Costa não foi alvo da operação de ontem, mas é investigado pela PF, que teria encontrado indícios que ligam o ministro ao esquema. A investigação visa, também, um suposto esquema de desvio de recursos públicos e averigua delitos de crimes licitatórios, lavagem de capitais e organização criminosa.

» Desembargadores afastados no MT

O corregedor nacional de Justiça, ministro Luís Felipe Salomão, afastou ontem os desembargadores Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), por suspeita de envolvimento em um esquema de venda de sentenças. Os magistrados também são investigados por, supostamente, atuarem em casos patrocinados por um advogado — assassinado em 2023 — com o qual mantinham “amizade íntima”, recebendo presentes e propinas em vez de se declararem impedidos para julgarem os processos. Salomão ainda determinou a abertura de reclamações disciplinares sobre a conduta atribuída aos desembargadores. O ministro quebrou os sigilos bancário e fiscal dos dois e de servidores da Corte mato-grossense, referente aos últimos cinco anos.